



Conceitos políticos fundamentais: ideologia, doutrinas, governo

Por Fernando Leite

Estar ciente do que acontece conosco é importante. Quando estamos doentes, descobrir a causa de nossos males nos permite escolher o remédio correto. Quando estamos cansados, descobrir o que nos aflige permite tomar decisões para melhorar nosso humor. Ter consciência do que somos e do que nos afeta é condição fundamental para termos poder sobre nós mesmos e sobre o mundo.

Isso também se aplica à política. É necessário conhecer alguns de seus conceitos fundamentais para que possamos influenciá-la da maneira mais adequada. Isso é especialmente importante para a política, porque ela afeta a todos, querendo ou não. Conhecer o básico de política é tão importante quanto saber qual remédio tomar ou qual alimento ingerir.

Começamos jogando luz sobre uma palavra polêmica: “ideologia”. Do que se trata?

IDEOLOGIA

Uma ideologia é um conjunto de ideias de caráter, ao mesmo tempo, teórico e político. De um lado, as ideologias são compostas por *ideias*. Essas ideias nos fornecem uma forma de entender o mundo, de interpretar os acontecimentos à nossa volta. Por outro, essas ideias estão associadas a propósitos *políticos*.

Como isso acontece?

A ideia fundamenta uma ação política. Por exemplo, quando um economista liberal entende que o mercado naturalmente tende ao equilíbrio, defendendo, assim, a desregulamentação de economia.



No melhor dos mundos, as ideias seriam neutras. Tal conhecimento neutro seria, então, usado para conduzir uma política. Por exemplo, quando um médico descobre a causa de uma doença e, então, defende uma política pública para distribuir vacinas.

Neste caso, veja que a ideia poderia ser muito bem separada do projeto político que a acompanha: constatar que o vírus HIV causa a Aids é um fato, uma verdade científica independente das nossas ações políticas.

Mas geralmente não é isso o que acontece na prática: de partida, as ideias já estão “contaminadas” por motivações políticas.

Assim, a ideologia costuma estar mais interessada em transformar o mundo do jeito que a gente *acredita que o mundo deve ser* em vez de *entender como ele é*. Uma ideologia diz que o mundo é assim ou assado porque ela *quer* que ele seja de uma determinada forma.

Por exemplo, o mito nazista da pureza racial: a ideia de que a raça ariana é superior às demais desde o princípio buscou justificar o ódio racial. A ideia está completamente contaminada. Na verdade, não existe uma raça ariana, tampouco uma hierarquia inata de seres humanos.

Isso não quer dizer, entretanto, que as ideologias são falsas. Certas ideologias mostram-se mais influentes com o tempo, dando mais força ao projeto político a elas associado.

Síntese

Uma ideologia é uma composição de ideias que visam moldar o mundo de uma determinada forma.



DOCTRINAS POLÍTICAS

Como vemos, a palavra “ideologia” costuma ser muito carregada, tendo um sentido negativo. Um termo menos carregado é “doutrina política”.

Doutrinas propõem valores que podem melhorar a vida. Elas também podem modificar instituições muito importantes, como a política; podem apontar novas formas de pensar, gerando novas tecnologias; podem inventar novas formas de viver. Foi o caso da filosofia iluminista. Sem as ideias de filósofos como Rousseau, Montesquieu, Locke e outros, não existiria democracia e o mundo seria muito diferente do que é.

Doutrinas são importantes porque o progresso depende delas. É claro, algumas doutrinas tiveram mais sucesso, contribuindo mais para o melhoramento da humanidade.

Liberalismo – O liberalismo, em geral, defende a garantia de liberdades individuais. Existem várias versões do liberalismo. O liberalismo econômico foca menos intervenção do Estado na economia. O liberalismo político foca a garantia de direitos individuais, como direito ao voto, sufrágio universal e direitos humanos. Um governo liberal começou a se constituir no Reino Unido, a partir da Revolução Gloriosa (1688), limitando o poder da monarquia. A partir de filósofos como Locke e Montesquieu e de economistas como Adam Smith e David Ricardo, o liberalismo transformou-se em uma doutrina, florescendo na Europa ocidental e nos Estados Unidos. O liberalismo econômico foi hegemônico na Europa e nos EUA no século XIX até a Grande Depressão de 1929. Um dos principais desafios do liberalismo é realizar, de fato, a promessa de liberdade em sua concepção: ampliar os direitos para todos, sem distinções.

Neoliberalismo – Muitas vezes pejorativo, o termo se refere à doutrina do Estado mínimo. Ele retoma o liberalismo econômico. Isso geralmente envolve corte de despesas governamentais, incluindo diminuição de políticas assistencialistas, privatização de empresas estatais, desregulamentação dos mercados financeiros e do mercado de trabalho, deixando



que direitos como férias e FGTS, por exemplo, sejam negociados entre empregados e empregadores. Governos neoliberais se disseminaram no Ocidente a partir da década de 1980. A doutrina foi capitaneada pelos governos de Margareth Thatcher, no Reino Unido, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, espalhando-se pelos países subdesenvolvidos nos anos 1990. Um dos principais problemas do neoliberalismo é conciliar liberdade de iniciativa com igualdade de oportunidades, já que nem todos nascem em condições iguais.

Socialismo – O socialismo opõe-se ao liberalismo econômico e defende que a economia deve ser controlada pelo Estado. Acredita-se que, sem o controle do Estado, a sociedade tende a ser dividida entre pessoas mais privilegiadas e menos privilegiadas. Assim, para os socialistas, o capitalismo é excludente e explora os menos favorecidos, como os trabalhadores. Por isso, no socialismo as empresas são propriedade do Estado e todos trabalham para ele. Defende-se que esse sistema dá as mesmas oportunidades para todos. O socialismo foi desenvolvido por pensadores como Robert Owen, Henri de Saint Simon e Karl Marx. Um dos seus principais desafios é, na prática, não ser autoritário, já que a hegemonia de um partido político é geralmente necessária para obter esse nível de controle social.

Comunismo – Idealizado por Karl Marx, o comunismo se refere a uma sociedade ideal. Nessa sociedade não existiriam nem classes sociais, nem Estado. O princípio dessa sociedade ideal é que as pessoas contribuam para a sociedade de acordo com suas capacidades e recebam de acordo com suas necessidades, corrigindo desvantagens e desigualdades. Nesse sentido, não haveria empresas privadas e a distribuição de riquezas seria igualitária. Marx defendia que esse seria o estágio final da evolução da sociedade. No entanto, para chegar ao comunismo seria necessário passar pelo socialismo. Isso ocorreria através de uma revolução comandada pelos trabalhadores, chamados de “proletariado”. Inicialmente, a propriedade privada seria abolida pelo Estado proletário. O comunismo, então, naturalmente se estabeleceria a partir do socialismo, à medida que a sociedade passasse a depender menos do Estado. A principal crítica ao comunismo ressalta que, na prática, a ditadura do proletariado



acabou se transformando na ditadura do partido comunista, que se perpetuou no poder sob o pretexto de defender os mais pobres.

Social-democracia – Como doutrina, surgiu no fim do século 19, na tentativa de dosar os excessos do capitalismo com políticas de inspiração socialista. Defende, por exemplo, a garantia da igualdade de oportunidades a partir de políticas sociais, sem, no entanto, acabar com a propriedade privada. O Estado intervém na economia para corrigir desigualdades produzidas pelo livre-mercado. Assim, a social-democracia almeja bem-estar social sem revolução socialista e sem abrir mão do capitalismo. Ela foi implantada especialmente na Europa, depois da II Guerra Mundial. Hoje, a social-democracia compete com o liberalismo como principal doutrina nos países democráticos. Países como a França, Alemanha e os países nórdicos favorecem a social-democracia, enquanto Reino Unido e Estados Unidos favorecem o liberalismo.

Conservadorismo – O conservadorismo não tem elaboração teórica como o liberalismo, a social-democracia ou o socialismo. Ele é mais um conjunto de atitudes, de valores, defendidos de forma mais ou menos clara pelas pessoas. Trata-se de uma defesa pela manutenção da ordem, sobretudo dos valores morais tradicionais. Essa defesa, em geral, tem dois motivos. Em primeiro lugar, os conservadores temem que mudanças possam trazer instabilidade, piorando as coisas. Em segundo, entendem que certas instituições são naturais, como a família tradicional, devendo, portanto, ser preservadas. Por esse motivo, os conservadores podem eventualmente apoiar políticas autoritárias, caso sintam que esses valores estejam ameaçados. O conservadorismo também está associado à manutenção do sistema econômico vigente, geralmente, capitalista. Em geral, a expressão “governo de direita” se refere a esse conservadorismo. Observe, entretanto, que governos socialistas também podem ser moralmente conservadores, como o caso da China.

Progressismo – Assim como o conservadorismo, “progressismo” não tem uma elaboração teórica como o liberalismo ou o socialismo, mas é um conjunto de valores e atitudes. Contrapõe-se, entretanto, ao conservadorismo. Diz-se que um partido ou alguém é “progressista” quando se é favorável a mudanças na ordem. Essas mudanças, por sua vez,



pautam-se pela expansão de direitos. Por exemplo, a defesa dos direitos civis de minorias, como os movimentos negro, LGBT e feminista, são associados ao progressismo. A ideia é expandir direitos de uns (“privilegiados”) para outros (“excluídos”): direito de votar, de casar, de estudar, de empreender, e por aí vai. O progressismo radicaliza princípios éticos presentes no liberalismo clássico, expandindo os conceitos de liberdade, igualdade e justiça para grupos previamente excluídos.

COMO SE ESTRUTURA UM GOVERNO?

Qual a diferença entre Democracia e República? Monarquia e Ditadura? Essa confusão ocorre porque, em geral, confundimos *forma de governo* com *regime*.

A **forma de governo** é a maneira como o poder se institui: se ele é transitório ou hereditário. A forma pode ser República ou Monarquia, por exemplo. Um **regime**, por sua vez, especifica como o governo se relaciona com a sociedade, quais as normas e as atitudes que compõem a cidadania. Um regime pode ser democrático ou autoritário, por exemplo.

Agora que sabemos distinguir formas de governo de regime de governo, vamos aos principais.

Formas de governo

República – Existe República quando o chefe do governo, como o presidente, é transitório. Isso geralmente envolve eleições. Nas repúblicas ocidentais, como nos Estados Unidos e no Brasil, as eleições são democráticas: todos os cidadãos votam e escolhem o presidente.

Mas atente! As repúblicas não são, necessariamente, democráticas. O chefe de governo pode ser eleito por algum partido ou comissão. Por isso, pode existir república sem democracia: uma república não é necessariamente democrática, já que pode haver um partido dominante que escolhe o governante a partir de comícios internos. É o caso da China. Em outras palavras, pode haver repúblicas autoritárias.



Assim, o foco da República é: o poder não passa de pai para filho, mas depende do consenso entre integrantes de um partido, de uma comissão de deputados ou do povo.

Monarquia – Existe monarquia quando o governo é hereditário, passando de pai para filho. Nas monarquias há uma identificação direta entre a pessoa (digamos, o rei Dom João IV, a rainha Elizabeth) e a posição (rei ou rainha). O monarca representa a identidade da nação.

Nas monarquias de hoje, como Reino Unido e Japão, o monarca não governa. Ele acaba tendo um papel mais simbólico. Essas são as chamadas *monarquias constitucionais*. Nelas, o monarca geralmente é o chefe do Estado, ou seja, ele representa a Nação – porém, quem efetivamente governa, o chefe de governo, é o Parlamento ou um Presidente eleito. Ou seja, uma monarquia pode ser democrática, já que o governo, efetivamente, é eleito pelos cidadãos.

No passado, as monarquias eram absolutas: o monarca também governava e tinha autoridade absoluta. Essas monarquias não eram democráticas, mas autoritárias.

Regimes

Democrático – O cerne da democracia é “o povo tem o poder”. Assim, exige-se um mínimo de participação popular. Diz-se que a democracia é direta quando os cidadãos se manifestam diretamente, como num plebiscito. Na democracia ateniense a democracia era direta: os cidadãos se reuniam em praça pública e decidiam o que seria feito. Ou seja, os próprios cidadãos eram políticos. Já quando os cidadãos são representados, temos uma democracia indireta. Neste caso, temos eleições em que o povo elege seus representantes. Aqui temos os políticos. Alguns estudiosos defendem que isso só não basta para termos uma democracia: é preciso que todos tenham oportunidades iguais e que todos tenham os mesmos direitos. Essas são as chamadas “democracias sociais”.



Vemos, assim, que uma monarquia constitucional, como o Reino Unido, pode ser democrática, já que o povo elege um parlamento que efetivamente governa. E uma república pode ser autoritária, como a China, em que o povo não elege representantes.

Autoritário – Não há participação popular na definição do governo. Um comitê de militares, como na época da ditadura no Brasil, ou um comitê de um partido hegemônico, como o Partido Comunista na antiga União Soviética, define o governo. Além disso, a liberdade de expressão é limitada. Caracteriza-se pela ausência de direitos individuais e forte repressão, inclusive com uso da força. Ocorreu no Brasil durante dois períodos no século XX: entre 1937 e 1945 (Estado Novo), e 1964 e 1985 (Regime Militar). Também é chamado de *autocrático*.

Totalitário – A forma mais radical de regime autoritário. Neste caso, o partido tem controle total sobre todas as esferas da vida. Ele dita como devemos ser, pensar e nos comportar. Todos os indivíduos são vistos como componentes do partido, como se fossem o mesmo corpo. O partido se confunde com a própria nação. Um regime totalitário tende a controlar a economia, embora não necessariamente acabe com a propriedade privada. Esse foi o caso do nazismo na Alemanha (1933-1945) e do fascismo na Itália (1922-1943).

Sistema de governo

É como o poder político está organizado e como ele é exercido em um país. Nas repúblicas há dois sistemas principais: presidencialismo e parlamentarismo.

Presidencialismo – No presidencialismo temos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Nesse sistema, o chefe de Estado, que representa politicamente a população, e o chefe de governo, que administra o país, são a mesma pessoa. Esse é o presidente. O presidente representa o poder Executivo e pode ser eleito diretamente pela população, por



meio do voto, como no Brasil, ou indiretamente, por meio de colégios eleitorais como nos Estados Unidos. Além dele, o poder Legislativo cria as leis e fiscaliza o Executivo.

Parlamentarismo – Nesse sistema, o Poder Legislativo também administra o país. A chefia do governo é atribuída a um primeiro-ministro, escolhido pela maioria dos membros do Parlamento. A chefia de Estado é exercida por outra pessoa, podendo ser um monarca, como no caso do Reino Unido, ou um presidente, caso da Itália. Eles exercem uma função mais simbólica e diplomática. Esse sistema possui mecanismos ágeis de dissolução do parlamento e troca de governo para casos de instabilidade, porém há menos identificação popular.

Síntese

O Brasil é uma república democrática presidencialista. O governo é transitório (república), eleito por voto popular (democrático) e chefiado por um presidente (presidencialismo).

República = Forma de Governo | Democrático = Regime | Presidencialismo = Sistema de Governo.

Fernando Leite (fernqutz@gmail.com) é Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pela Universidade de Oxford (Reino Unido).